

EXERCÍCIOS



1) (CESPE) Preveem-se dois tipos de atos de improbidade administrativa: os próprios realizados pelo próprio agente público contra a administração] e os impróprios oriundos da participação de terceiros que concorram com o agente público, materialmente ou por indução, e que também obtenham benefícios dessa improbidade.

EXERCÍCIOS



2) (CESPE) O agente público que contribuir para a aquisição, pela administração pública, de bem por preço superior ao de mercado responderá por ato de improbidade administrativa, ainda que aja culposamente.

PREJUÍZO AO ERÁRIO { DOLO ✓
CULPA ✓

EXERCÍCIOS



3) (CESPE) Qualquer pessoa pode representar à autoridade competente visando à instauração de investigação para apuração de ato de improbidade administrativa.

EXERCÍCIOS

(C)



4) (CESPE) A indisponibilidade de bens do agente indiciado por improbidade administrativa tem natureza preventiva e, por isso, não se configura como sanção.

↳ MEDIDA
CAUTELAR

EXERCÍCIOS

E



5) (CESPE) Pessoa que, investida em função pública, não receba remuneração estará isenta de responder por ato de improbidade administrativa.

EXERCÍCIOS



6) (CESPE) O agente público que facilitar a incorporação de verba integrante do acervo patrimonial da União ao patrimônio de pessoa física, ainda que aja de boa-fé e sem dolo ou culpa, praticará ato de improbidade administrativa, submetendo-se às sanções previstas em lei.

PREJUÍZO AO ERÁRIO { DOLO ✓
CULPA ✓

EXERCÍCIOS

(E)



7) (CESPE) O gestor público que deixar de cumprir, ~~culposamente~~, exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação responderá por ato de improbidade administrativa, por ofender princípios da administração pública.

↳ DOLO

PRINCÍPIOS

EXERCÍCIOS

(E)



8) (CESPE) As penalidades aplicadas ao servidor ou a terceiro que causar lesão ao patrimônio público são de natureza pessoal, extinguindo-se com a sua morte.

HERDEIROS
HERANÇA

EXERCÍCIOS

(E)

THÁLIUS
MORAES

Estratégia
Concursos

9) (CESPE) É ~~imprescindível~~ ^{INDISPENSÁVEL} a ocorrência de dolo para a tipificação, como ato de improbidade administrativa, da conduta de agente público que cause prejuízo ao erário.

↳ DOLO ou CULPA

EXERCÍCIOS

(E)



10) (CESPE) Ao negar publicidade a ato oficial, o servidor público comete ato de improbidade administrativa, o que atenta contra os princípios da administração pública. Para tanto, torna-se irrelevante considerar se houve ação de caráter doloso ou culposos.

→ NÃO CONFIGURA
→ IMPROBIDADE

EXERCÍCIOS

(E)



11) (CESPE) Considerando a interpretação conferida pelo Supremo Tribunal Federal ao conceito de agentes públicos, ~~todos~~ os agentes políticos estão sujeitos às disposições da Lei de Improbidade Administrativa.

↳ SALVO : PRES. REPÚBLICA

EXERCÍCIOS

(E)



Estratégia
Concursos

12) (CESPE) A prática de ato de improbidade por particular ~~pressinde~~ da participação de agente público para sua configuração.

NÃO PRECISA

EXERCÍCIOS

(E)

THÁLIUS
MORAES

Estratégia
Concursos

13) (CESPE) Qualquer ~~cidadão~~ brasileiro é parte legítima para ingressar com ação judicial voltada à condenação de autoridade pública pela prática de ato de improbidade administrativa

→ APENAS { P.JI
MP

EXERCÍCIOS



14) (CESPE) O agente público que se recusar a fornecer, dentro do prazo determinado, a declaração de bens será punido com a pena de demissão.

EXERCÍCIOS

C



15) (CESPE) Embora possa corresponder a crime definido em lei, o ato de improbidade administrativa, em si, não constitui crime.

EXERCÍCIOS

E



16) (CESPE) A condição necessária para que lesão ao patrimônio público resulte na obrigação de ressarcimento integral é que o dano seja praticado por ação positiva e dolosa do agente.

OMISSÃO / CULPOSA

EXERCÍCIOS



17) (CESPE) Assim como a administração direta e indireta, os órgãos do Poder Judiciário podem ser sujeitos passivos de atos de improbidade administrativa.

EXERCÍCIOS



18) (CESPE) De acordo com o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o foro especial por prerrogativa de função não se estende ao processamento das ações de improbidade administrativa.

EXERCÍCIOS

⑤

THÁLIUS
MORAES

Estratégia
Concursos

19) (CESPE) A pretensão estatal de ressarcimento do erário em face de agente que tenha enriquecido ilicitamente no exercício de suas funções prescreverá em cinco anos.

→ DOLO → IMPRESCRIPTÍVEL

EXERCÍCIOS

(E)

THÁLIUS
MORAES

Estratégia
Concursos

20) (CESPE) A aplicação de sanções por atos de improbidade administrativa que causem prejuízo ao erário ~~depende~~ da aprovação das contas pelo tribunal ou conselho de contas.

IN

EXERCÍCIOS

3



21) (FCC – 2019) A Lei nº 8.429/1992 estabelece um regime de responsabilidade em razão de condutas qualificadas como “improbidade”. Tal regime de responsabilidade

A) se sobrepõe ao regime disciplinar, de modo que, iniciada a responsabilização por improbidade, deve ser suspenso o processo administrativo disciplinar.

→ B) é aplicável, ainda que não haja efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.

C) é de natureza civil, embora implique na aplicação de sanções privativas de liberdade.

D) impõe a responsabilização ~~objetiva~~ para os agentes públicos que, por sua conduta, causarem prejuízo ao erário. *SUBJETIVA → DOLO / CULPA*

E) não se aplica no tocante à proteção patrimonial das entidades de natureza empresarial mantidas ou controladas pelo Estado.

EXERCÍCIOS

→ PRINCÍPIOS



22) (FCC) José é servidor municipal e foi encarregado de supervisionar um concurso público para cargo de oficial administrativo. Atendendo a pedido de um compadre, que desejava ver o filho no cargo, José vazou o gabarito da prova para o afilhado. Descoberta a fraude, o Ministério Público ajuizou ação de improbidade contra o servidor. Nos termos da Lei nº 8.429/1992, José cometeu ato de improbidade administrativa

A) importando enriquecimento ilícito, estando sujeito, dentre outras penas, à perda da função pública e suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos.

~~B)~~ que atenta contra os princípios da Administração pública, estando sujeito, dentre outras penas, à perda da função pública e à suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos.

EXERCÍCIOS

C) que importa em ação ou omissão para conceder, aplicar ou manter benefício financeiro ou tributário, estando sujeito, dentre outras penas, à perda da função pública e à suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos.

D) que causa ~~lesão~~ ao erário, estando sujeito, dentre outras penas, à perda da função pública e à suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos.

E) que importa em ~~desvio~~ de finalidade, estando sujeito, dentre outras penas, à perda da função pública e à suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos.

EXERCÍCIOS

PREJUÍZO AO ERÁRIO



Estratégia
Concursos

23) (FCC) Um servidor público ocupante de cargo em comissão em pessoa jurídica de direito público autorizou a desistência de uma ação de indenização que tinha sido ajuizada para recomposição de danos apurados em decorrência de uma obra realizada por terceiros. Apurou-se posteriormente que o servidor conhecia o réu da ação, não tendo sido rigoroso com a fundamentação para a desistência, privando a pessoa jurídica da possibilidade de recebimento de vultosa indenização. Esse servidor público

A) poderá ter incorrido em ato de improbidade na modalidade que gera prejuízo ao erário, se ficar demonstrado que agiu dolosamente. **CULPOSA**

B) não pode ser processado pela prática de ato de improbidade, pois seu vínculo funcional não se insere no conceito de agente público exigido pela lei.

EXERCÍCIOS

E



C) será processado pela prática de ato de improbidade, pois independentemente de seu vínculo funcional, incorreu na modalidade que ofende os princípios da Administração pública, mesmo que sua conduta tenha sido culposa.

D) se submete à lei de improbidade, podendo lhe ser imputadas, cumulativamente, as penalidades pela modalidade que gera prejuízo ao erário e que ofende os princípios da Administração, desde que se comprove dolo do servidor.

E) poderá ser responsabilizado pela prática de ato de improbidade, na modalidade que gera prejuízo ao erário, desde que este reste comprovado, não sendo necessária a comprovação de dolo.

CULPA

EXERCÍCIOS

(B)

→ ENRIQUECIMENTO



Estratégia
Concursos

24) (FCC) Um empregado de uma fundação instituída e mantida pela Administração pública municipal foi surpreendido utilizando veículo funcional para fins particulares. Constatou-se, ao fim de regular apuração, que a conduta era frequente e reiterada. Além disso, restou comprovado que as despesas de combustível não eram suportadas pelo empregado, ou seja, também eram custeadas com recursos da instituição. Diante dessa narrativa, no que se refere à possibilidade de responsabilização do empregado,

A) cabe responsabilização por ato de improbidade, independentemente da comprovação de dolo ou culpa, por presumido dano ao erário.

~~B)~~ é cabível a imputação de ato de improbidade ao empregado, cuja conduta demonstra dolo, inclusive em virtude da reiteração narrada.

EXERCÍCIOS

C) ~~não~~ se vislumbra conduta típica de ato de improbidade, tendo em vista que se trata de empregado celetista integrante de fundação, não abrangido pelo conceito de agente público para aquela finalidade.

D) impõe-se responsabilidade penal, que ~~absorve~~ os ilícitos civis e administrativos, cujo processamento fica suspenso até final decisão judicial acerca da existência de crime.

E) abrange as esferas penal, administrativa e civil de forma independente, salvo se restar configurado ato improprio que, pela maior gravidade, ~~absorve~~ os demais ilícitos.

EXERCÍCIOS

25) (FCC) Ademar, ENR. ocupante de cargo em comissão em empresa pública, recebia pagamentos para não certificar o inadimplemento de entidades conveniadas que não apresentavam prestação de contas na forma convencionada, o que seria obrigação do servidor. Com isso, as entidades em questão não eram intimadas a devolver os recursos recebidos. Independentemente do vínculo jurídico firmado entre a empresa pública e as entidades mencionadas,

A) o servidor público pode ser responsabilizado por ato administrativo que gera ~~pre~~juízo ao erário, desde que se confirme e comprove que agiu com dolo e má-fé.

B) o empregado em questão ~~não~~ poderá ser responsabilizado por ato de improbidade, porque não possui vínculo estatutário com a empresa pública.

CULPA

EXERCÍCIOS



C) a empresa pública ~~não~~ se enquadra na condição de sujeito passivo de improbidade, porque possui geração de receitas próprias e fins lucrativos, podendo a conduta, no entanto, tipificar ilícito penal.

~~D)~~ diante do comprovado enriquecimento ilícito do servidor, que intencionalmente deixou de emitir certidão declarando a inadimplência das entidades, resta tipificado ato de improbidade. ✓

E) o servidor não poderá ser processado por ato de improbidade que gera prejuízo ao erário, eis que ~~descaracterizado~~ o enriquecimento ilícito pelo fato de os recursos não advirem do Tesouro.

EXERCÍCIOS

26) (FCC) A não ocorrência de prejuízo aos cofres de uma empresa pública, constatada irregularidade no procedimento de aquisição de equipamentos por um empregado público,

A) afasta a possibilidade de caracterização de ato de improbidade.

B) ~~impede~~ a instauração de procedimento para responsabilização do empregado em qualquer esfera, à exceção da penal, caso sua conduta tipifique crime.

~~C)~~ não afasta a possibilidade de prática de ato de improbidade se a conduta tiver sido dolosa e se subsumir a uma das demais hipóteses caracterizadoras de outra modalidade, que não exigem prejuízo ao erário para tipificação.

↳ ENR | PRE.

EXERCÍCIOS



D) não interfere na conclusão de processo em curso por ato de improbidade, tendo em vista que a tipificação de qualquer das modalidades possíveis é legalmente prevista mediante conduta ~~culp~~posa e não exige efetivo prejuízo ao erário público.

E) ~~restringe~~ a responsabilização do empregado à esfera disciplinar, pois as empresas públicas se submetem ao regime jurídico de direito privado, não sendo possível configuração de ato de improbidade, salvo se em concurso com detentor de cargo efetivo.